

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.206 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2000



PASSA NA CCJ O FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHA

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem à noite a instituição do financiamento de campanhas eleitorais exclusivamente com recursos públicos.

PÁGINA 7

Os senadores que integram a CCJ também decidiram fixar em quatro anos o prazo mínimo de filiação partidária dos candidatos a cargos eletivos



Ellen será ministra do STF

Senado aprova indicação de primeira mulher para o Supremo

Ellen Gracie Northfleet teve seu nome aprovado ontem pelo Plenário do Senado, por 67 votos a favor e nenhum contra.

PÁGINAS 3 E 10

Comitê propõe usar verba de emenda parlamentar para aumento do mínimo

Comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento busca fontes para assegurar aumento do salário mínimo

PÁGINA 8



Previdência vai pagar pequenos débitos em até 60 dias

PÁGINA 3

Plenário acolhe proposta da CPI do Sistema Financeiro

PÁGINA 3

Rachel de Queiroz recebe homenagem pelos 90 anos

PÁGINA 4



No telão, durante a sessão, a imagem da escritora agradecendo a homenagem do Senado

Debate mostra dificuldades para cobrar dívida ativa

PÁGINA 6

CAS disciplina trabalho do menor aprendiz

PÁGINA 5

Para Quintão, guerrilha não traz ameaça ao Brasil

PÁGINA 5

Antonio Carlos elogia mostra da Polícia Federal

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, visitou na manhã de ontem uma exposição organizada pelo Departamento de Polícia Federal, localizada na Galeria Senado (espaço situado no corredor entre os dois prédios dos anexos I das Casas). Enquanto observava os armamentos e outros equipamentos utilizados pelos policiais, Antonio Carlos foi acompanhado pelo diretor-geral do DPF, Agílio Monteiro, e pelo primeiro-secretário da Mesa, Ronaldo

Cunha Lima (PMDB-PB).

– Mesmo sendo apenas uma exposição, já é uma demonstração muito boa de que os trabalhos estão se aprimorando na Polícia Federal a serviço do país, principalmente sob a direção de Agílio Monteiro – afirmou o senador.

Antonio Carlos Magalhães visitou a mostra em companhia de Ronaldo Cunha Lima e do diretor-geral do PF, Agílio Monteiro



Senador apóia taxaço dos fundos de pensão

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a taxaço dos fundos de pensão como fonte de recursos para elevar o salário mínimo a R\$ 180. Ele disse desconhecer as fontes que o governo pretende sugerir, mas elogiou a postura do presidente Fernando Henrique Cardoso de apoiar o mínimo de R\$ 180.

Segundo o senador, o Congresso ficará “muito satisfeito” se houver iniciativa presidencial de aumentar o mínimo: “É uma reivindicação nossa”, frisou. Ele defendeu, contudo, condicionar a aprovação do Orçamento de 2001 e de créditos suplementares ao fechamento de um acordo que garanta recursos para a elevação do mínimo.

Antonio Carlos observou que o desejo do presidente da República de aprovar a cobrança de contribuição previdenciária dos inativos para financiar o aumento do mínimo é um assunto complicado, pois por várias vezes o governo já tentou isso e não conseguiu. Ele defendeu a criação do imposto sobre supérfluos.

ACM afirma desconhecer acordo entre PMDB e PSDB

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem desconhecer o acordo firmado entre o PSDB e PMDB para eleger os presidentes do Senado e da Câmara. Segundo o senador, o que ocorreu foi uma manifestação isolada do líder do PMDB na Câmara, deputado Gedel Vieira Lima (BA), em Salvador. O acordo entre os dois partidos garantiria o apoio do PMDB à eleição do deputado Aécio Neves (PSDB-MG) à presidência da Câmara, e, em contrapartida, o apoio do PSDB à postulação do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) à presidência do Senado.

Antonio Carlos disse que não lhe cabe analisar as atitudes assumidas pelo PMDB, mas advertiu que, quando as lideranças anunciam posições sem ouvir suas respectivas bancadas, “acontece uma revolta daqueles que não foram ouvidos”.

– Acredito que uma grande parte do PMDB vai se manifestar contrária à opinião do deputado Gedel Vieira Lima – afirmou o senador.

Ele acrescentou que, da parte do PSDB no Senado, houve uma “atitude de prudência” ao não realizar ontem, com tanta antecedência, reunião para tomar uma decisão definitiva sobre



Antonio Carlos Magalhães: “É salutar quando candidatos representam a vontade de suas Casas”

que candidato apoiar à presidência do Senado.

O senador afirmou, por outro lado, que a candidatura do líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), à presidência daquela Casa “está sólida e deve sair vitoriosa”. Ele observou que o lançamento da postulação de Inocêncio, ocorrido ontem, demonstrou que a candidatura do deputado “não é pefelista e sim suprapartidária, e mostra a vontade da Câmara”, pois contou com a presença de todas as correntes políticas.

– A Câmara ou o Senado não têm o direito de impor candidatos, mas é salutar quando os candidatos representam a vontade das suas Casas. Tenho mantido conversas que me autorizam a dizer que, tanto no Sena-

do como na Câmara, nós vamos sair vitoriosos – enfatizou Antonio Carlos.

O senador disse não considerar uma traição dos partidos aliados a realização de um acordo para a eleição nas duas Casas do Legislativo. “Nós não sabemos quais são os participantes do PMDB que tomaram essa posição”, explicou Antonio Carlos.

Ainda sobre as eleições dos presidentes do Senado e da Câmara para a próxima sessão legislativa, Antonio Carlos declarou não acreditar que o presidente Fernando Henrique Cardoso venha a interferir no processo. Ele lembrou que, quando disputou a presidência do Senado, há quatro anos, venceu sem a interferência do Palácio do Planalto.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

9h – Participa do café da manhã com membros da Sociedade Interamericana de Imprensa e da Associação Nacional de Jornais. *Naoum Plaza Hotel*
10h – Participa da solenidade de encerramento do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO/2000. *Auditório do Memorial JK*
11h – Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: será dedicada a homenagear a memória do ex-deputado, ex-senador e ex-ministro do Tribunal de Contas da União Guido Fernando Mondim. Pauta: PDLs nº 265/99, aprova o ato que renova a concessão do Sistema Jornal de Rádio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba (SP); nº 72/2000, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura Venda Nova FM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibatuba (ES); nº 107/2000, aprova o ato que outorga permissão à Brasil Amazônia Comunicação Empreendimentos para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Redenção (PA); nº 142/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Donatle Costa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Avelino (RN); e nº 19/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós; e Requerimentos nºs 434/2000, do senador Roberto Requião, solicitando o reexame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do PLS nº 194/99; e nº 505/2000, do senador Eduardo Suplicy, solicitando a convocação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário do Senado, esclarecimentos sobre as razões que levaram o governo brasileiro a articular a operação de asilo político no Panamá para Vladimiro Montesinos, principal assessor do presidente do Peru, Alberto Fujimori.

Brasil 500



COMISSÃO

9h – CPI do Futebol
Pauta: depoimento da presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne Giannetti Nelson de Senna. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: votação secreta da Mensagem nº 208/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira para exercer o cargo de defensora-geral da União, com mandato de dois anos. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*
Quinta-feira
9h – CPI do Futebol
Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova indicação de Ellen Northfleet para o STF

Primeira mulher escolhida para integrar o Supremo Tribunal Federal recebeu do Plenário 67 votos favoráveis e nenhum contrário

O Plenário do Senado aprovou ontem a escolha da juíza Ellen Gracie Northfleet para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria de Octávio Gallotti. Ela será a primeira mulher a ocupar o cargo. A votação foi secreta e seu resultado — 67 votos favoráveis, nenhum contrário e duas



Durante a apreciação no Plenário, senadores destacaram os méritos de Ellen Gracie Northfleet, que será a primeira ministra do Supremo Tribunal Federal

abstenções — será agora comunicado ao presidente da República.

Antes da decisão, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou sua satisfação em ver, pela primeira vez na história, uma mulher assumir um cargo de ministro do STF. Ele elogiou o presidente Fernando Henrique Cardoso por ter enviado o nome de Ellen Gracie Northfleet à deliberação do Senado, dizendo não haver nenhuma dúvida quanto ao mérito da nova ministra.

O senador observou que a escolha indicava a oportunidade da aprovação de proposta de emenda constitucional de sua autoria que submete as nomeações de ministros do Supremo Tribunal Federal à alternância entre os sexos. “A proposta já foi aprovada pela

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e espero que a escolha de Ellen Northfleet faça todos compreenderem a importância da emenda”, afirmou.

Ademir Andrade salientou que, sendo já maioria na população brasileira, conforme atestam as estatísticas do IBGE, as mulheres precisam efetivamente ocupar seu espaço. Na opinião do senador, sua proposta de emenda constitucional vem ao encontro disso, sendo relevante também observar que, na medida em que as mulheres vão ocupando cargos importantes no país, a sociedade tende a tornar-se mais justa.

Aprovada por unanimidade na CCJ, Ellen Northfleet foi definida pelo senador José Fogaça (PMDB-

RS) como um nome que atende a todos os requisitos constitucionais para integrar o STF, destacando-se “o notável saber jurídico” e a “reputação ilibada”. O senador ressaltou a trajetória profissional da juíza, dizendo que ela se dedicou nos últimos 30 anos ao exercício do Direito, como procuradora do Ministério Público e presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Na sabatina a que foi submetida na CCJ, Ellen Northfleet mostrou-se favorável a mecanismos que facilitem o acesso de mulheres a funções importantes na vida política e social. Em sua opinião, o regime de quotas, como o utilizado na legislação eleitoral, pode ajudar as mulheres a vencer dificuldades decorrentes do preconceito.

Projeto da CPI dos Bancos acolhido pelo Plenário

O Banco Central manterá um Sistema de Risco de Crédito com informações sobre empréstimos bancários, a serem fornecidas pelas instituições financeiras e pela Secretaria da Receita Federal. A decisão foi tomada ontem pelo Plenário do Senado, com a aprovação de substitutivo do senador Bello Parga (PFL-MA) a projeto oriundo da CPI do Sistema Financeiro e destinado a reduzir os riscos na concessão de empréstimos.

Em votação nominal, o texto foi aprovado com 67 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção. A matéria ainda voltará a Plenário



Bello Parga citou exemplo dos países desenvolvidos

para ter votada sua redação final. Pelo texto aprovado, não constitui quebra de sigilo bancário, fiscal ou comercial o fornecimento de informações à Central de Risco nem o fornecimento de informações, pela Central, às instituições que trabalham com empréstimos.

Em defesa do texto, Bello Parga argumentou que, para o desenvolvimento do sistema financeiro nacional e para a redução do risco na concessão de empréstimos, é fundamental a criação de um sistema de informações sobre as operações realizadas. Ele afirmou que o projeto segue o exemplo das eco-

nomias desenvolvidas, visto ser necessário dotar a autoridade monetária de instrumentos de controle da atividade bancária.

Também disse que, para os bancos que concedem empréstimos, as consultas à Central de Risco permitirão conhecer o volume das demais operações realizadas pelo interessado em obter crédito, reduzindo riscos e custos financeiros para as partes. O objetivo final do projeto é evitar os riscos resultantes de empréstimos concedidos a clientes sem capacidade comprovada de pagamento, como aconteceu com a empreiteira Encol.

Na mesma sessão, o Plenário aprovou decreto legislativo renovando a concessão da Rádio FM Cidade de Mogi-Guaçu (SP).

Previdência poderá pagar pequenos débitos em 60 dias

As demandas judiciais de pequeno porte junto à Previdência Social para as quais não caibam mais recursos (transitadas em julgado) serão pagas em até 60 dias e sem a necessidade de expedição de precatório, de acordo com projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado. A proposta regulamenta o artigo 100 da Constituição, que prevê o fim da necessidade da expedição de precatórios para as dívidas consideradas em lei como de pequeno valor. Os precatórios são a previsão, no Orçamento do exercício fiscal seguinte, das dívidas transitadas em julgado. A matéria segue agora à sanção presidencial.

O projeto, de iniciativa do Executivo, fixa em R\$ 5.180,25 o valor a ser pago sem a necessidade de precatório, e tem por objetivo atender às chamadas contas continuadas que estejam em litígio, tais como pensões e salários. Feito o acordo, o pagamento será efetuado, com a extinção do processo.

Para o relator da matéria na CCJ e no Plenário, senador Edison Lobão (PFL-MA), o projeto abrange os valores de pensões, salários, venci-

mentos, proventos de aposentadoria e suas complementações, indenizações por sinistro decorrentes de responsabilidade civil, entre outros créditos em favor de pessoas seguradas pela Previdência Social.

Segundo o senador Luiz Pontes (PSDB-CE), relator na Comissão de Assuntos Sociais, onde o projeto foi aprovado ontem de manhã, a decisão permitirá acelerar os pagamentos aos beneficiários mais necessitados da Previdência, sem prejudicar o erário.

O projeto permite, ainda, a liquidação, em até 90 dias, dos precatórios já inscritos no Orçamento de 2000, desde que não ultrapassem R\$ 5.180,25, ou caracterizados como benefício de prestação continuada. Nessas duas hipóteses, não se observará a ordem cronológica de apresentação de precatórios.



Luiz Pontes: benefício aos mais necessitados

Festival de Brasília do Cinema Brasileiro recebe voto de aplauso

A pedido do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), o Plenário aprovou ontem voto de aplauso à organização do 33º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, que se realiza de 21 a 28 deste mês. Para o senador, o Festival de Brasília é “um acontecimento de alta significação nacional, que incentiva e premia a cultura e a indústria cinematográfica do Brasil”.

Ronaldo Cunha Lima pediu que esse voto de aplauso contemplasse especialmente os cineastas paraibanos Linduarte Noronha e Vladimir Carvalho, além do compositor Marcos Vinícius, que receberam homenagens especiais por seus trabalhos

em benefício do cinema brasileiro.

— O festival é um dos mais antigos do Brasil e tem revelado a produção cultural em nosso país, premiando os melhores trabalhos com o troféu Candango — disse o senador.

Ele também informou que Linduarte Noronha foi homenageado pela produção *Os 40 anos de Aruanda*, enquanto Vladimir Carvalho recebeu a mesma homenagem pelo documentário *Barra 68 — Sem Perder a Ternura*, que mostra cenas da invasão da Universidade de Brasília durante a ditadura militar e que tem a trilha sonora assinada por Marcos Vinícius.

Proposta que define normas para identificação criminal vai à sanção

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de iniciativa do Executivo que estabelece os casos em que as pessoas portadoras de identificação civil deverão ser identificadas criminalmente. A proposta regulamenta dispositivo da Constituição, que prevê que o civilmente identificado só será submetido a identificação criminal nos casos previstos em lei. Já aprovado na Câmara, o projeto seguirá à sanção.

Serão submetidos à identificação criminal, entre outros, os indiciados em inquérito policial acusados de homicídio doloso, crimes contra o patrimônio praticados com violência ou ameaça grave, crimes de receptação, contra a liberdade sexual e de falsificação de documento público.

O relator do projeto na CCJ e no Plenário foi o senador José Fogaça (PMDB-RS).

Rachel de Queiroz recebe homenagem do Plenário

A escritora e jornalista cearense Rachel de Queiroz, que completou 90 anos no último dia 17, foi homenageada ontem pelo Plenário do Senado. Análises sobre a importância da sua obra para a literatura nacional e a ênfase nas suas notáveis qualidades pessoais permearam os discursos dos senadores Lúcio Alcântara, Artur da Távola e Antonio Carlos Magalhães. Em recuperação de problemas de saúde, a homenageada não pôde comparecer ao Senado, mas mandou uma mensagem em vídeo, de gratidão pela sessão. “Não sei se mereço, mas é bom receber essa homenagem. Sei bem aquilatar a importância dessa homenagem do Senado, onde têm assento as maiores figuras da vida política brasileira”



Os senadores homenagearam Rachel pouco depois de a escritora completar 90 anos

Lúcio Alcântara destaca caráter “fundador”

Destacando a dificuldade de encontrar um qualificativo capaz de resumir a figura e a importância da escritora e jornalista Rachel de Queiroz na cultura nacional, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse não ter resistido à tentação de resumir suas qualidades no adjetivo “fundadora”.

O marco fundador, na opinião do senador, é *O Quinze*, livro que, publicado em 1930, representou verdadeira revolução literária e teve imediata repercussão no Rio de Janeiro, onde artigo de Augusto Frederico Schmidt praticamente a colocou no cenário da literatura nacional. A obra trouxe para o mundo literário a temática da seca nordestina.

O Quinze foi sucedido por *João Miguel*, *Caminho de Pedras* e *As Três Marias*, este último de 1939. Só em 1975, Rachel de Queiroz retomou sua carreira de romancista, com *Dora Doralina*.



Alcântara: Rachel ajudou a afirmar a posição da mulher na sociedade brasileira

Dois anos depois assumiu uma vaga na Academia Brasileira de Letras (ABL), outro momento de confirmação do caráter fundador da biografia de Rachel de Queiroz, acredita o senador Lúcio Alcântara. O romance mais recente, *Memorial de Maria Moura*, foi outro sucesso editorial, depois convertido em minissérie de televisão, acrescentou.

Alcântara disse que sua conterrânea Rachel de Queiroz rejeita qual-

quer conotação feminista à sua obra e à sua atuação política, mas ele concorda com a crítica literária Heloísa Buarque de Holanda, para quem as figuras femininas dos romances da escritora teriam contribuído para afirmar a posição das mulheres na sociedade brasileira.

O senador também traçou um paralelo entre as principais obras de Rachel de Queiroz e o momento político em que elas foram criadas, registrando ainda os inúmeros prêmios a ela concedidos em reconhecimento pela importância de suas obras.

Os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), Francelino Pereira (PFL-MG), Bernardo Cabral (PFL-AM), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Eduardo Suplicy (PT-SP) apartearam o senador Lúcio Alcântara para registrar a beleza e a densidade da obra de Rachel de Queiroz e do discurso do senador em sua homenagem.

“Conheço minhas limitações”

Impossibilitada, em função de problemas de saúde, de comparecer pessoalmente ao Senado para assistir à homenagem que lhe foi prestada na sessão de ontem, a escritora Rachel de Queiroz enviou uma mensagem de agradecimento, gravada em vídeo, transmitida no Plenário. “Não sei se mereço, mas é bom receber essa homenagem do Senado”, disse.

Rachel ressaltou que sua verdadeira profissão nunca foi escritora, mas sim jornalista. “É disso que sempre vivi. Aliás, quem pagava a maior parte das contas sempre foi meu marido e eu colaborava na medida do possível. Poucos, como Érico Veríssimo, puderam viver da literatura no Brasil, e eu nunca pude”, afirmou.

Ela fez questão de dizer que nunca escreveu um grande livro.



“Tenho apenas uns livrinhos”, disse Rachel de Queiroz em mensagem ao Senado

“Acredito ser uma boa jornalista, mas não sou uma romancista de peso. Tenho apenas uns livrinhos, mas conheço minhas limitações e isso me dói. Cheguei até a Academia Brasileira de Letras porque era muito amiga de

Austregésilo de Athayde. Ele não queria mulheres na Academia mas decidi fazer uma exceção para mim. É claro que, aberto o precedente, outras escritoras foram admitidas. Espero que várias outras possam vir, no futuro.”

Rachel declarou-se emocionada e sensibilizada com o gesto dos senadores. “Sei bem aquilatar a importância dessa homenagem do Senado, onde têm assento as maiores figuras da vida política brasileira. Gostaria, nesse momento, de estar aí, no Plenário, mas não estou bem de saúde.”

Távola vê escritora “num patamar além da fama”

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) iniciou seu discurso em homenagem a Rachel de Queiroz declarando o seu amor pela escritora e ressaltando que “uma declaração de amor nunca deve deixar de ser feita”. Távola explicou que ama Rachel pelo ser humano que é, por ter conseguido ser uma expressão de si mesma.

— As idéias, as ideologias, as paixões, geralmente levam as pessoas a afastarem-se de si mesmas. Mas algumas conseguem juntar a vida à natureza de seu ser. Rachel tem a vida que expressa o seu ser, e aí está a sua grande conquista. Rachel está num patamar além da fama. Ela atingiu a glória, a fama que se eterniza — assinalou o senador.

Távola destacou como caracte-



Artur da Távola: “Rachel tem a vida que expressa o seu ser, e aí está a sua grande conquista”

rísticas marcantes da escritora “a paz ativa ou o dom de acolher o próximo, de criar um ambiente de acolhimento à sua volta, e a lucidez que, conciliada com a paz, leva à postura de desambição que a torna querida em todo o país”.

Para ele, Rachel de Queiroz mantém este comportamento por saber que a tarefa de um escritor é ficar junto à sua obra.

O senador José Sarney (PMDB-AP), em aparte, declarou ter o mesmo amor. “Tenho admiração, devoção, mas, sobretudo, uma grande relação de afeto que desemboca num grande amor”, explicou. Sarney disse que a escritora é uma “santa de altar” e tem lugar na sua casa, na sua família e na sua vida. O senador afirmou também que, sem Rachel de Queiroz, a história da literatura teria um enorme vazio. Afirmando que Rachel é uma operária da arte de escrever, o senador destacou que ela “conhece o segredo de transmutação das palavras em emoções”.

ACM aponta competência e modéstia

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, se associou às homenagens prestadas pela Casa aos 90 anos da escritora Rachel de Queiroz. “É notável a modéstia e competência dessa mulher admirável e firme. Ao contrário do que ela diz, é uma grande romancista reconhecida

por todos que leram *O Quinze*, *Memorial de Maria Moura* e vários outros livros”, observou.

Para Antonio Carlos, é tal o apreço que todos têm por Rachel que ela será uma mulher reverenciada



Antonio Carlos: uma mulher “admirável, firme e desprendida”

ainda muitas vezes. “O Senado é que sai engrandecido por ter-lhe prestado essa homenagem, e quero subscrever as palavras dos senadores que me antecederam”, afirmou.

Ele lembrou que o ex-presidente Castello Branco insistiu para que Rachel fosse ministra da Educação. “É raro se

encontrar uma mulher competente, mas totalmente desprendida do poder de mando. Por isso, não quis aceitar, e todos nós lamentamos sua decisão, pois tenho certeza de que faria um trabalho admirável”, disse.

CAS regulamenta trabalho para menor aprendiz

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO) ao projeto do Executivo que proíbe o menor de 16 anos de idade de trabalhar, salvo na condição de aprendiz. De acordo com o projeto, o menor terá direito ao chamado salário mínimo hora com jornada de trabalho não superior a 6 horas diárias, sendo vedada a prorrogação e a compensação da jornada. A matéria vai agora à apreciação do Plenário do Senado.

O projeto, já aprovado pela Câmara, determina que o menor de idade poderá frequentar programas de aprendizagem e cursos de formação técnico-profissional a partir dos 14 anos. A extinção do contrato de aprendizagem, de acordo com o projeto, ocorrerá quando o aluno completar 18 anos, tiver desempenho insuficiente ou inadaptado para o aprendizado, falta disciplinar grave ou

ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo.

Os menores deverão frequentar os cursos dos serviços nacionais de aprendizagem, espalhados por todo o país. Nos municípios em que esse tipo de serviço não existir, os aprendizes terão direito, de acordo com o projeto, de utilizar as escolas técnicas de educação e entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo prestar assistência ao adolescente e à educação profissional.

Vários senadores enaltecem o projeto que, na prática, segundo eles, põe fim ao trabalho infantil. Heloísa Helena (PT-AL) disse que o trabalho infantil campeia pelo país, colocando em risco o futuro das crianças. Leomar Quintanilha (PPB-TO) observou que a proposta é fundamental para a formação digna do menor, enquanto Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) afirmou que o governo deveria incrementar o Sistema Nacional de Aprendizagem.



Vários projetos foram aprovados na reunião da CAS, inclusive o que protege os direitos das empregadas gestantes

Fundo regionaliza alimentos

A Comissão de Assuntos Sociais também aprovou parecer favorável a projeto que institui o Fundo Nacional de Alimentação (FNA). A meta é estimular a regionalização da produção de alimentos básicos para viabilizar a melhoria da alimentação de gestantes e crianças de até quatro anos de idade. O relator da matéria, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), esclareceu que o projeto atende a uma das recomendações da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que consigna a nutrição como direito fundamental. E lembrou que 10,5% das crianças brasileiras menores de cinco anos apresentam carência nutricional.

De acordo com o projeto, pequenos e médios produtores rurais receberão incentivos para produzir alimentos. Toda a produção agrícola financiada com recursos

do Fundo Nacional de Alimentação será adquirida dos produtores e distribuída aos beneficiários do fundo.

Na mesma reunião, a CAS aprovou projeto da ex-senadora Luzia Toledo que amplia os objetivos das entidades não-governamentais que prestam serviços voluntários, especialmente aquelas destinadas ao assessoramento jurídico, orientação e assistência às mulheres vítimas de violência. A comissão também aprovou projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que assegura à empregada gestante demitida sem justa causa o pagamento de até cinco meses de salários e demais vantagens. A iniciativa, segundo a senadora Marina Silva (PT-AC), relatora da matéria, amplia a proteção contra demissões arbitrárias e resguarda o direito ao trabalho das gestantes.

Quintão descarta ameaça guerrilheira ao Brasil

Ministro da Defesa afirma na CRE que movimento não deve extrapolar os limites das fronteiras colombianas

O ministro da Defesa, Geraldo Quintão, afastou a possibilidade de o movimento guerrilheiro da Colômbia extrapolar os limites das fronteiras com o Brasil, durante audiência pública realizada ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Segundo o ministro, os maiores focos guerrilheiros e de narcotraficantes naquele país distam cerca de mil quilômetros da fronteira brasileira. De qualquer forma, afirmou, o governo vem aumentando a presença militar na Amazônia e hoje o Exército dispõe de um efetivo de 22 mil homens em uma área de 5 milhões de quilômetros quadrados — quase dois terços do território brasileiro.

Em depoimento de mais de três horas, o ministro expôs as preocupações do governo com os problemas colombianos, mas garantiu que é posição unânime entre os chefes de Estado latino-americanos o entendimento de que tanto a guerrilha quanto o narcotráfico são assuntos internos da Colômbia. Dessa forma, entende Quintão, o conti-



Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reuniram-se com o ministro da Defesa durante três horas

nente assume uma postura de repúdio a qualquer iniciativa norte-americana de intervenção na região.

Também mereceram destaque na exposição do ministro as tentativas de cooperação entre os governos na área da Defesa. Segundo Quintão, diante da dificuldade de se chegar a uma concepção única e abrangente de segurança unindo os hemisférios americanos, é fundamental valorizar a abordagem regional para que se chegue a um encaminhamento comum. Esse entendimento na área

de segurança e defesa, na opinião de Quintão, pode ser impulsionado pelo Mercosul e pela Comunidade Andina. “O Brasil está comprometido com a integração e a solidariedade regional e com a intensificação do intercâmbio entre as Forças Armadas dos países americanos”, afirmou.

O ministro reconheceu as dificuldades orçamentárias das Forças Armadas, mas salientou os esforços do governo para melhorar os salários da tropa.

Soberania preocupa senadores

A discussão da soberania do Brasil sobre a região amazônica mobilizou os senadores durante a audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) com o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, ontem. Autora, junto com os senadores Tião Viana (PT-AC) e Romeu Tuma (PFL-SP), do requerimento de convite ao ministro, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) se mostrou preocupada com os comentários de internacionalização da Amazônia e com o impacto no meio ambiente da guerra química e biológica para devastar as plantações de coca na Colômbia.

O ministro da Defesa admitiu que o problema na Colômbia é grave e há necessidade de se combater a guerrilha, mas não acredita na retirada do controle brasileiro sobre a Amazônia. “O Brasil não concorda que se use fungicida ou herbicida para exterminar plantações de coca próximas a rios brasileiros”, disse.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu maior presença militar na região. “As zonas de fronteiras devem ser controladas pelas Forças Armadas. A presença dos

índios no território brasileiro e no país vizinho pode gerar problemas”, advertiu. Quanto aos comentários sobre a internacionalização da Amazônia, Simon disse temer essa ameaça, por perceber que ela está tomando fôlego no exterior. Segundo informou o senador gaúcho, o governo americano já estaria preparando pessoas para se instalar na floresta amazônica.

Preocupação semelhante manifestou o senador José Fogaça (PMDB-RS), que revelou a existência de cinco novas ameaças à paz mundial, segundo os fóruns internacionais: narcotráfico, desrespeito aos direitos humanos, terrorismo, degradação do meio ambiente e corrupção.

Fogaça admitiu que a preocupação com esses elementos é altamente defensável, mas alertou que os mesmos estão inseridos em uma concepção doutrinária disseminada pelo Departamento de Estado norte-americano, que prega o redesenho dos países no cenário mundial. “Essa política intervencionista vem sendo colocada de forma muito mais sutil do que pare-

ce”, declarou. Ainda sobre esse assunto, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu posição mais firme do Brasil em repúdio à tese da soberania relativa sobre a Amazônia.

O presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), elogiou a exposição do ministro e ressaltou a importância dada pelo Congresso aos temas relacionados à defesa nacional. Sarney acredita que as informações prestadas por Quintão serão fundamentais para a tomada de decisões pelos parlamentares. Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou a qualidade da assistência prestada pelos pelotões de fronteira às tribos indígenas e populações ribeirinhas na Amazônia.

TERRITÓRIOS

Questionado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que pediu a intensificação das ações do projeto Calha Norte na Amazônia, o ministro da Defesa disse que a proposta de criação de três territórios nessa região vai reforçar a presença do Estado e, conseqüentemente, a política de segurança local.

Suassuna rejeita emendas ao projeto da informática

Senador diz que, se houver acordo, mudará seu relatório “na hora”. Mas, enquanto isso não acontece, salienta, tem de relatar “uma lei que atenda todo o país”, deixando de lado reivindicações regionais, ainda que legítimas

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou voto contrário a todas as emendas oferecidas ao projeto sobre a nova Lei de Informática. Segundo o parlamentar, que é relator da matéria na comissão, três dessas emendas – duas de autoria dos senadores Ricardo Santos (PSDB-ES) e outra do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) – tratam de temas já solucionados por outras legislações, não valendo a pena repeti-las na lei que estabelecerá os benefícios fiscais do setor de informática para os próximos nove anos.

Ao todo, foram 14 as emendas apresentadas à CAE e rejeitadas por Ney Suassuna. Em entrevista na manhã de ontem à Agência Senado, o presidente da CAE disse lamentar o fato de não ter havido acordo sobre o projeto. Para ele, são legítimos os argumentos da bancada do

Amazonas, que quer preservar benefícios exclusivos da Zona Franca de Manaus; da bancada paulista, que quer evitar excesso de benefícios para algumas regiões que inviabilizem a instalação de indústrias em outras áreas do país; e do senador Paulo Souto (PFL-BA), que pediu benefícios para a Bahia.

– São todas reivindicações legítimas, mas tenho de relatar uma lei que atenda todo o país – afirmou.

O presidente da CAE lembrou que a licitação para a banda C da telefonia celular sai em janeiro do ano que vem, e a nova lei tem de ser aprovada antes disso. Ney Suassuna informou que houve uma tentativa de acordo



Suassuna: “Há vários ‘bombeiros’ tentando buscar saídas”

parcial com o senador Jefferson Péres (PDT-AM) no dia anterior, que se inviabilizou após consultas às indústrias instaladas no Amazonas. Disse também que o deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM) busca o entendimento.

– Há vários ‘bombeiros’ tentando buscar saídas. Se houver um acordo, mudo meu relatório na hora, porque ninguém mais do que eu quer esse acordo – disse.

A reunião marcada para a manhã de ontem, quando o projeto deveria ser votado na CAE, foi adiada. O projeto somente deverá voltar à pauta da comissão na semana que vem, já que o senador Paulo Souto pediu que não fosse votado hoje.

Falta estrutura para a cobrança da dívida ativa, dizem juiz e procurador

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, juiz Fernando da Costa Tourinho Neto, e o procurador-geral da Fazenda Nacional, Almir Martins Bastos, reclamaram da falta de estrutura de seus órgãos para proceder a cobrança dos mais de R\$ 123 bilhões inscritos na dívida ativa da União.

A reunião foi promovida pelo presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), para que o Congresso tenha condições de auxiliar na cobrança da dívida, o que poderia significar incremento na arrecadação, capaz de cobrir despesas como o aumento do salário mínimo.

Segundo Tourinho Neto, os problemas começam na Procuradoria da Fazenda Nacional, que, apesar dos esforços empreendidos, não tem como fazer a cobrança, por não dispor de número suficiente de procuradores. Assim, disse, 36% das execuções fiscais ajuizadas estão suspensas, pois dizem respeito a pes-



Fernando da Costa (E) e Almir Bastos (D) falaram aos senadores sobre as dificuldades da União para cobrar dívidas

soas que já morreram ou que mudaram de domicílio, ou a empresas que já se extinguíram.

O presidente do TRF da 1ª Região observou que, quando novas varas de execução fiscal foram criadas, não foi dada a estrutura necessária para que os processos tivessem andamento. O número médio de funcionários, disse, representa um terço do ideal. Dessa forma, acrescentou, os processos ficam “amontoados” nas salas da Justiça.

– Não há condições. Ou o governo investe e estrutura bem essas varas, ou então tudo isso é balela – afirmou o presidente do TRF.

O procurador-geral da Fazenda Nacional considerou precisa a descrição da situação da Justiça Fede-

ral feita por Tourinho Neto. Segundo ele, durante muitos anos os processos ficavam parados na Secretaria da Receita Federal até quase o fim do prazo legal. Essa situação, continuou, fazia com que a cobrança fosse praticamente impossível, pois o devedor “tinha tempo de sobra para se

desfazer de seus bens e evitar a cobrança”. Hoje, informou, existem cerca de 17 mil processos por procurador. Até 1999, por exemplo, havia três procuradores para todo o estado do Amazonas.

O procurador-geral também reclamou dos sucessivos cortes que, nos últimos três anos reduziram o orçamento da Procuradoria da Fazenda Nacional pela metade. Com base nesses fatos, Almir Bastos considera o valor inscrito na dívida ativa irrealizável.

– No que tange à nossa proposta em 2001, estamos diante da possibilidade de um corte ainda maior. A expectativa é pessimista. Acho que a União, os três Poderes precisam ter consciência disso – declarou.

Senadores demonstram empenho em melhorar estrutura de arrecadação

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), considerou a situação das varas de execução fiscal e da Procuradoria da Fazenda Nacional “estarrecedora”. Ele assumiu o compromisso de lutar pela manutenção do orçamento previsto para a Procuradoria da Fazenda Nacional e para as varas de execução fiscal da Justiça Federal.

– Estamos estupefatos, pasmos de ver como essa área está entregue ao léu. Não sabíamos que as dificuldades eram tantas. Todo esse dinheiro daria para pagar durante vários anos a diferença que se calcula para o aumento do salário mínimo – afirmou Suassuna.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) propôs que a CAE forme uma comissão com representantes da Justiça Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e da Receita Federal, para buscar mecanismos que possam assegurar as condições necessárias à cobrança da dívida ativa.

Ao apoiar a proposta de Tuma, o senador Bello Parga (PFL-MA) solicitou à Procuradoria da Fazenda Nacional dados que permitam avaliar o montante real da dívida ativa, como o total que pode ser efetivamente arrecadado em cada R\$ 100 cobrados.

Diante do cálculo apresentado pelo procurador-geral da Fazenda Nacional, Almir Martins Bastos, de que cada real investido na cobrança da dívida importa R\$ 15 de incremento imediato na arrecadação, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) sugeriu que a comissão sugerida por Tuma apresente proposta que estime os investimentos necessários para aumentar a arrecadação já no próximo ano.

– Vamos admitir que R\$ 3,6 bilhões (necessários para cobrir o aumento do salário mínimo para R\$ 180) são 4% do valor que se tem a arrecadar. Se, instrumentali-

zados, a Procuradoria e a Justiça Federal conseguirem incremento de arrecadação de tal nível, estamos diante do argumento necessário para aquinhoar o orçamento do montante necessário. Se a CAE abraçar esse desafio, temos condições de propor essa solução – afirmou Arruda.

O procurador-geral da Fazenda Nacional afirmou que, com os recursos, o órgão poderia tocar o projeto de cobrança de grandes devedores e o projeto de diligências

TOTAL ARRECADADO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO ENTRE 1993 E 2000	
Ano	Total arrecadado (Em bilhões de reais)
1993	0,101
1994	1,099
1995	2,019
1996	3,464
1997	2,335
1998	3,083
1999	5,019
2000**	5,075

** Até outubro. A estimativa para o ano está entre R\$ 6,5 bilhões e R\$ 7 bilhões.

as, que prevê convênios com o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), com companhias telefônicas e até com cartórios de registros de imóveis para localizar os devedores.

Já o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Tourinho Neto, apesar de afirmar que é impossível precisar qual seria o aumento na arrecadação, disse que o investimento nas varas de execuções fiscais permitiria melhor andamento dos processos e diminuiria a demora na cobrança. Observou, entretanto, que o povo e as empresas estão sem recursos para quitar suas dívidas.

– O quadro é de calamidade e não pode perdurar. Se recebermos uma quinta parte dessa dívida, arrecadamos cerca de R\$ 20 bilhões. O que falta é sensibilidade da equipe econômica para resolver esse problema – afirmou o presidente da CAE.

CCJ aprova financiamento público de campanha eleitoral

Comissão acata, por unanimidade, projeto que proíbe as doações feitas a partidos ou candidatos por pessoas físicas e jurídicas. Senadores também decidem ampliar para quatro anos o prazo de filiação de candidatos a cargos eletivos

O financiamento público de campanhas eleitorais e o fortalecimento da fidelidade partidária – por meio da ampliação para quatro anos do tempo de filiação dos candidatos a cargos eletivos – foram aprovados em caráter terminativo, na noite de ontem, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Caso não seja apresentado por pelo menos um décimo dos senadores recurso para que os projetos sejam apreciados em Plenário, eles seguirão diretamente para a Câmara dos Deputados.

A comissão decidiu por unanimidade – 13 votos a zero – tornar exclusivamente público o financiamento das campanhas eleitorais. O texto aprovado veda a partido e candidato receber “direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro” proveniente de pessoa física ou jurídica.

– Com essa medida, estaremos seguramente reduzindo os índices de corrupção, uma vez que os grandes



Para membros da comissão, o financiamento das campanhas exclusivamente com recursos públicos pode contribuir para reduzir os índices de corrupção

escândalos da administração pública brasileira tiveram início nas campanhas eleitorais – afirmou o relator do projeto, Álvaro Dias (PSDB-PR). Ele advertiu, porém, que a proposta aprovada, de autoria de Sérgio Machado (PSDB-CE), pode se transformar em “letra morta” se não houver uma rigorosa fiscalização das campanhas eleitorais.

Nos anos em que se realizarem

eleições, segundo o projeto, as doações orçamentárias para o fundo partidário levarão em conta a quantia de R\$ 7 por cada eleitor alistado pela Justiça Eleitoral. Do montante arrecadado, 1% será encaminhado em parcelas iguais a todos os partidos e 99% serão destinados aos partidos de forma proporcional, conforme o tamanho de suas bancadas. Será levada em conta a filiação dos

candidatos eleitos no momento do pleito. Com isso, procura-se evitar que as mudanças de partidos após as eleições tenham influência sobre a distribuição dos recursos públicos entre os partidos.

Por 13 votos a dois, a comissão também acolheu parecer favorável ao projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que se destina a evitar a troca de partidos por candidatos eleitos. De acordo com a proposta, os candidatos a cargos eletivos que já tenham pertencido a outro partido precisarão estar filiados por pelo menos quatro anos em sua atual agremiação para poderem concorrer às eleições. Se houver mudança de partido após a eleição, o candidato não poderá então participar do pleito seguinte.

– Esse projeto estabelece a fidelidade partidária – afirmou Bornhausen durante o debate na comissão. Ele utilizou as 143 trocas de partidos realizadas por candidatos eleitos em 1998 como argumento favo-

rável à aprovação da matéria. “Essas trocas desmoralizam a classe política”, sustentou. O relator do projeto, Sérgio Machado, afirmou que as mudanças de partido são feitas pelos candidatos eleitos sem consulta aos eleitores. “Dessa forma, os eleitores escolhem mas não decidem”, disse o senador.

O projeto aprovado mantém em um ano o prazo de filiação partidária dos candidatos que nunca tenham pertencido a outro partido. Exclui ainda do prazo mínimo de quatro anos de filiação os candidatos que tenham saído de seus partidos em caso de fusão de legendas ou para participar, como fundadores, de novo partido político.

VOTO DE LOUVOR

A CCJ aprovou ainda voto de louvor ao presidente Fernando Henrique, apresentado por Pedro Simon (PMDB-RS), pela indicação da primeira mulher – Ellen Gracie Northfleet – para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Governo nega plano de extinguir o PET, programa de melhoria do ensino superior

O secretário nacional de Educação Superior, Antônio MacDowell Figueiredo, disse ontem, em audiência pública na Comissão de Educação (CE), que o governo não pretende extinguir o Programa Especial de Treinamento (PET). Tampouco, acrescentou, há qualquer avaliação negativa em relação aos resultados obtidos até agora.

O PET, que concede bolsas a alunos e professores de graduação, tem como objetivos contribuir para melhorar o ensino superior, fortalecer a formação de pesquisador e envolver professores e alunos num trabalho em grupo e com perspectiva interdisciplinar.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), autora do requerimento para a audiência pública, criticou o Ministério da Educação. Afirmando que “o MEC vem se propondo a reestruturar o PET, mas não diz como”, e comete erro de avaliação ao considerar o programa elitista. “O programa distribuiu 3.579 bolsas, com resultados positivos de avaliação, tanto no aproveitamento individual como na eficácia institucional, como sistema de tutoria”, disse.



Na audiência pública, nenhum dos debatedores defendeu a extinção do PET

O secretário entende que o PET deve ser modificado. Para ele, o principal objetivo do programa, desenvolver a tutoria (a qualificação de aluno para auxiliar colegas), já não precisa de estímulos específicos.

O vice-presidente da Comissão de Educação da Câmara, Gilmar Machado, discorda. Ele defendeu a continuidade do programa e denunciou a postura do MEC, “que não tem cumprido os compromissos que assumiu em relação ao PET”.

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Wadson Ribeiro, disse que os bolsistas do PET estão sem receber há três meses, mostrando a negligência do gover-

no com os interesses nacionais.

A professora Wilma Figueiredo, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ressaltou que a SBPC é co-autora do PET mas não o vê “como um programa cristalizado”. O desafio, explicou, é fazer educação de massa sem abrir mão de núcleos de excelência.

O estudante Gabriel Perfeito Castro, membro da Executiva Nacional em Defesa do PET, disse que estudantes de todo o país estavam reunidos em Brasília em defesa do PET. Ele alertou para o risco de o MEC desmobilizar o programa com o pretexto de modificá-lo.

Senadores e deputados defendem a manutenção das bolsas de estudo

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) sugeriu que governo, professores e estudantes negociem a continuidade do Programa Especial de Treinamento (PET). No debate com Antônio MacDowell, secretário nacional de Educação Superior, ela afirmou que o Bloco Oposição – do qual é a líder – lutará contra qualquer corte de recursos para a educação, especialmente os que são repassados ao ensino, à pesquisa e à extensão na universidade pública. A senadora estranhou que, apesar dos elogios e promessas do secretário, de que dará prosseguimento ao PET, haja a impressão contrária.

– Não é por causa de algum “delírio persecutório” que professores e alunos vieram, de todo o Brasil, lutar pela continuidade do programa – afirmou, pedindo a MacDowell que proponha mecanismos de debate com as pessoas envolvidas no projeto e com a sociedade.

Pressionado pelos deputados presentes à audiência – Babá (PT-PA) e Agnelo Queiroz (PCdoB-DF) –, MacDowell reconheceu que a política do MEC é mesmo a de cortar a bolsa de R\$ 741 paga mensalmente aos 314 professores universitários que participam do PET como tuto-

res, apesar de os recursos constarem no Orçamento da União. Ele afirmou que essa é uma decisão do ministério, anterior à sua posse e que não tem como modificá-la.

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) defendeu a manutenção do pagamento da bolsa aos professores. Ele apontou a elevada carga de trabalho e a necessidade de estimular os profissionais, e alertou para os prováveis prejuízos aos projetos desenvolvidos pelo PET se as bolsas forem cortadas.

Emilia Fernandes também propôs que MacDowell inicie um diálogo com participantes do PET e reitores de universidades públicas de todo o país, visando determinar as novas diretrizes para o programa. Ela mencionou afirmação recente de MacDowell em que ele desdenha do Congresso. O secretário negou que tenha feito a afirmação e prometeu comparecer às reuniões propostas pela senadora.



Heloísa propõe debate entre governo, alunos e professores



Romero Jucá atribui as raízes da expansão econômica ao primeiro mandato de Fernando Henrique

Jucá destaca retomada do crescimento sem inflação

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que a economia brasileira passa por uma fase “excepcional de desenvolvimento e tem tudo para persistir no futuro, com reflexos positivos na geração de emprego, na redução da pobreza e nos investimentos sociais”. Em sua avaliação, essa realidade surge após três anos das crises financeiras na Ásia e Rússia e da desvalorização do real, em que foi preciso superar imensos obstáculos.

Em pronunciamento no Plenário, o parlamentar previu um “futuro brilhante” para a economia nacional se o governo mantiver “o pulso e a sabedoria de persistir nesse mesmo caminho e ainda fizer as reformas que faltam”. Ele destacou que pela primeira vez, em décadas, o país está tendo crescimento econômico com inflação baixa. Jucá enfatizou que, ao contrário de surtos de desenvolvimento do passado, a ótima fase por que passa a economia não se deve a uma “passageira bolha de consumo manipulada pelo governo”.

O senador lembrou, recorrendo a dados publicados pela revista *Exame*, que nos últimos 12 meses foram criados mais de 900 mil empregos. A estimativa, acrescentou, é que haverá crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em torno de 4% este ano. Além disso, as exportações tiveram grande expansão.

Romero Jucá saudou o recorde de exportações do país no primeiro semestre do ano, chegando a US\$ 26 bilhões. E lembrou que, se no início da década de 90 os investimentos externos somavam apenas US\$ 1 bilhão, o panorama agora é outro. Os investimentos vindos do exterior, que no ano passado foram de US\$ 30 bilhões, este ano repetirão esse valor.

Segundo o parlamentar, as raízes da atual expansão localizam-se no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Comitê quer usar verbas de emendas parlamentares para aumento do mínimo

A proposta, que possibilita recursos para o reajuste, será apresentada na manhã de hoje às lideranças partidárias. Deve ser sugerido também o corte de R\$ 300 milhões nas verbas de custeio

O comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento decidiu ontem propor às lideranças partidárias o emprego de metade da verba reservada às emendas do Congresso ao Orçamento de 2001. A intenção é garantir o aumento do salário mínimo para R\$ 180 no dia 1º de maio do próximo ano. No projeto orçamentário, o Executivo reservou R\$ 1,6 bilhão para as emendas parlamentares.

O comitê também concordou com sugestão do Executivo de cortar R\$ 300 milhões nas verbas de custeio. E R\$ 1,7 bilhão será propiciado pela aprovação de dois projetos que tramitam na Câmara destinados a combater a sonegação de impostos. As três alternativas garantem o valor necessário para que o mínimo seja aumentado para R\$ 180, e não R\$ 159, como o Executivo propôs no projeto de Orçamento.

Presidido pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), também relator-geral da proposta orçamentária, o comitê de receitas apresentará a proposta aos representantes dos partidos em reunião marcada para a manhã de hoje. Se os líderes concordarem, o plenário da Comissão Mista de Orçamento votará à tarde adendo ao relatório preliminar de Amir Lando já apro-



O comitê propôs ainda a aprovação de dois projetos, em tramitação na Câmara dos Deputados, para combater a sonegação de impostos

vado há um mês.

Com isso, deverá ser resolvido o maior entrave à rápida tramitação do projeto orçamentário, que é a definição do dinheiro a ser destinado ao INSS, que paga o salário mínimo a 12,3 milhões de aposentados. Os partidos de oposição vêm obstruindo os trabalhos da Comissão de Orçamento com o argumento de que se deve resolver com prioridade a origem de recursos para o aumento do mínimo.

O comitê chegou a essas três alternativas depois de ouvir o deputado Ricardo Barros (PPB-PR), que esteve reunido pela manhã, no Palácio do Planalto, com o secretário-geral da Presidência e os mi-

nistros do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Casa Civil. Para bancar o aumento do mínimo, o governo propôs, além do corte de R\$ 300 milhões no custeio, o uso de toda a verba de emendas do Congresso e a cobrança de previdência dos servidores públicos inativos a partir de meados do próximo ano. O comitê concordou apenas em parte com as propostas do Planalto, rejeitando o uso de dinheiro dos inativos devido às dificuldades de se aprovar emenda com essa finalidade.

Das três fontes indicadas pelo comitê de receitas, o relator-geral já havia sugerido, com apoio dos líderes partidários, a aprovação

Amir Lando descarta aumento do Imposto de Renda sobre altos salários

O relator-geral do projeto de Orçamento para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), descartou qualquer aumento de Imposto de Renda sobre os altos salários para financiar o aumento do salário mínimo. Depois de se reunir com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, o relator afirmou que o Brasil já teve experiência, há alguns anos, com alíquota de Imposto de Renda de 35% para salários mais elevados e o aumento de arrecadação “foi insignificante”, não passando de R\$ 65 milhões ao ano.

— O secretário me disse que não há na Receita nenhum estudo para cobrar 1% de “contribuição da solidariedade” sobre os salários superiores a R\$ 10 mil — disse Amir Lando. Para o senador, também não existe

necessidade do envio de projeto do Executivo ao Congresso para elevar o salário mínimo, pois proposta com essa finalidade já está em tramitação na Câmara.

Conforme notícia dos jornais, o presidente Fernando Henrique Cardoso teria informado a sindicalistas que enviaria o projeto, acompanhado de sugestões de aumento da receita para bancar o novo mínimo. “As alternativas constam do meu relatório preliminar, já aprovado pela Comissão de Orçamento, e são praticamente as mesmas citadas pelo presidente”, acrescentou o senador. As diferenças ficam por conta da “contribuição da solidariedade” e de uma reestimativa das receitas.

O relator-geral acrescentou que, das alternativas que apresentou,

apenas a cobrança de Imposto de Renda dos fundos de pensão “não depende do Congresso”, e sim do Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente do tribunal, ministro Carlos Velloso, comprometeu-se com o senador Amir Lando a colocar em votação, ainda este ano, ação sobre o assunto. Os fundos lutam na Justiça há 12 anos contra a cobrança de impostos, sob o argumento de que são instituições de finalidade social e, portanto, gozam da isenção prevista na Constituição.

— Se a solução do STF demorar, o presidente da República tem poder para baixar medida provisória esclarecendo que os fundos de pensão são obrigados a pagar impostos — afirmou Amir Lando. Em seu relatório preliminar, o relator-geral infor-

dos projetos anti-sonegação — o principal deles dá à Secretaria da Receita Federal acesso às movimentações bancárias de suspeitos de sonegação. A proposta se encontra na Câmara dos Deputados. Documento preparado pela Receita e encaminhado ao senador Amir Lando informa que 207.464 pessoas movimentaram cada uma, no ano passado, mais de R\$ 200 mil, mas foram omissas sobre isso na declaração de renda.

No caso de empresas, os números são mais expressivos. Exatamente 118.129 firmas movimentaram no sistema financeiro R\$ 48 bilhões, mas informaram à Receita que nada tinham a pagar de Imposto de Renda. Outra informação que provocou surpresa no relator-geral do Orçamento: 24 empresas movimentaram R\$ 34 milhões nos bancos, mas informaram à Receita que se encontram inativas. Os dados foram tirados da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e foram divulgados para justificar a necessidade de aprovação do projeto que flexibiliza o sigilo bancário. Um segundo projeto contra sonegação pune o uso abusivo, conhecido como elisão fiscal, de brechas na legislação para reduzir o pagamento de Imposto de Renda.



Lando: cobrança de IR dos fundos de pensão depende do Supremo Tribunal Federal

mou que decisão do STF favorável à Fazenda Nacional poderá gerar arrecadação anual de Imposto de Renda no valor de R\$ 2 bilhões. Deste total, R\$ 900 milhões ficariam com a União e o restante seria repassado aos estados e municípios. Fora isso, há um estoque de dívida dos fundos que chegaria a R\$ 9 bilhões.



Álvaro Dias é o presidente da CPI, cujos trabalhos foram prorrogados até o fim de 2001

Presidente do Coaf fala sobre irregularidades em bingos



A CPI do Senado que está investigando o futebol brasileiro ouvirá hoje, a partir das 9h, a presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne de Senna. Ela falará sobre irregularidades nas operações de bingos. A entidade denunciou ao Ministério Público 5.208 operações suspeitas de movimentarem irregularmente R\$ 5 bilhões entre agosto de 1999 e outubro deste ano.

Na reunião de terça-feira, a CPI do Futebol, presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), aprovou requerimento no sentido de que o Coaf transfira para a comissão todas as informações sigilosas que constem em seus bancos de dados referentes à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ao treinador Wanderley Luxemburgo, à estudante de Direito Renata Alves e a diversos empresários e empresas ligados ao futebol.

O depoimento do ex-técnico da Seleção Wanderley Luxemburgo deve ser realizado na próxima quinta-feira. Os dados referentes à quebra dos sigilos bancário e fiscal do treinador já estão à disposição da CPI. Luxemburgo deverá explicar sobre denúncia feita por Renata Alves de que ele teria montado e operado uma rede de negócios envolvendo o recebimento de comissão pela escalção de jogadores, uso de imagem, compra e venda de veículos e transferência irregular de dólares ao exterior.

O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), informou que os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito foram prorrogados até o dia 31 de dezembro do próximo ano. Ele observou, no entanto, que antes dessa data o relatório final já deverá ter sido aprovado. "Definimos esse prazo maior para não ser necessário ficar prorrogando várias vezes os trabalhos da CPI", afirmou.

Senado reverencia memória de Guido Mondin

Morto recentemente, ele foi deputado federal, senador e ministro do Tribunal de Contas da União, numa carreira que será lembrada durante a Hora de Expediente da sessão de hoje

O ex-deputado, ex-senador e ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Guido Mondin, recentemente falecido, será homenageado pelo Plenário do Senado na Hora do Expediente da sessão plenária de hoje. Nascido em Porto Alegre, no ano de 1912, Mondin exerceu com vigor atividades em campos tão distintos quanto a política, a arte, os esportes, a contabilidade, o civismo, os negócios, a educação e o associativismo. A homenagem foi requerida pelos senadores Emilia Fernandes (PDT-RS), José Fogaça (PMDB-RS), Pedro Simon (PMDB-RS), Osmar Dias (PSDB-PR), Álvaro Dias (PSDB-PR) e Roberto Requião (PMDB-RS).

Depois de infância marcada pelo estudo das artes plásticas,



O gaúcho Guido Mondin também foi economista e trabalhou como executivo e empresário

Guido Mondin dividiu-se entre a prática de esportes como o ciclismo e a atividade sindical. Aos 16 anos, montou com outros ciclistas uma guarda de honra que

acompanhou o então governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, no trajeto entre Porto Alegre e São Leopoldo. Naquela época, Mondin militava no Partido Libertador, mas viria a ser um membro atuante do Partido Integralista, o que lhe rendeu ferimentos e prisões.

Ao longo de uma existência marcada pela participação política e comunitária, Mondin manteve seus compromissos com as artes plásticas, dedicando-se a cursos e fazendo exposições. Formou-se em Economia, trabalhou como empresário e executivo. Também buscou no teatro burlesco recursos para divulgar suas idéias. Na campanha para prefeito de Caxias do Sul, já promulgada a Constituição de 1946, desenvolveu campa-

nha célebre em que se utilizou de peças publicitárias extremamente imaginativas, carreatas e programas de rádio.

Sua carreira política começou a ganhar amplitude com a eleição para deputado estadual, a princípio como suplente, em 1948. Em 1956, foi eleito deputado federal, também como suplente. Em 1959, foi eleito senador pela coligação PPR-PTB, momento em que mostrou grande habilidade política, utilizada para resolver os conflitos entre os dois partidos.

Com o advento do bipartidarismo, em 1967, optou pela Arena, terminando sua atividade parlamentar, como senador, em 75. Daquele ano até 1982, ocupou uma cadeira de ministro no TCU, que presidiu durante o ano de 1978.

Plenário decide se convoca ministro das Relações Exteriores

Três dias depois da renúncia do presidente do Peru, Alberto Fujimori, o Senado decide hoje se convoca o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, a esclarecer, perante o Plenário, as razões que levaram o governo brasileiro a articular o asilo político do seu principal assessor, Vladimiro Montesinos, no Panamá. O asilo não chegou a consumir-se.

A convocação de Lampreia é objeto de requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que quer ouvir as explicações do chanceler sobre a posição do Brasil em relação aos recentes acontecimentos políticos no Peru, que culminaram na renúncia de Fujimori. O ex-presidente peruano está prestes a ser substituído pelo presidente do Congresso, Valentin Paniagua, seu opositor.

O Senado também vai deliberar sobre projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) convocando plebiscito no Pará para criar o estado de Tapajós. O parlamentar propôs o desmembramento de municípios para que vissem a integrar o novo estado, mas o relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), sugeriu a realização de plebiscito para criar três



O senador Mozarildo Cavalcanti apresentou projeto propondo a criação do estado de Tapajós

territórios na área atualmente ocupada pelo Amazonas.

Ainda hoje, o Plenário dedica a Hora do Expediente a uma homenagem à memória do ex-deputado, ex-senador e ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Guido Fernando Mondin.

Os senadores também vão apreciar decretos legislativos destinados a outorgar concessão para o funcionamento das seguintes emissoras: Sistema Jornal de Rádio, de Piracicaba (SP); Rádio Cultura Venda Nova, de Ibatiba (ES); Brasil Amazônia Comunicação e Empreendimentos, de Redenção (PA); e Fundação Donatle Costa, de Pedro Avelino (RN).

Suassuna quer ajuda contra alto índice de analfabetismo da PB

Indignado com o alto índice de analfabetismo registrado na Paraíba (32% da população), o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que a situação "é inaceitável" e cobrou uma ajuda especial e diferenciada do governo federal.

— O povo e o governador José Maranhão, que faz um excelente governo, malgrado os recursos escassos e as demandas sociais imensas, merecem essa ajuda, ademais prevista na Constituição — afirmou.

O índice de analfabetismo na Paraíba, explicou o senador, foi revelado pelo Instituto Nacional de Pesquisas em Educação (Inep), a partir de dados obtidos no censo do IBGE realizado em 1996. Segundo Suassuna, a situação é pior na zona rural, onde o analfabetismo chega a 47,3% da população. "Que expectativa de melhoria de vida podem almejar essas 337 mil pessoas analfabetas?", questionou.

Outro dado alarmante apontado pelo senador são as taxas de analfabetismo por faixa etária. No grupo de pessoas maiores de 50 anos, o índice de analfabetismo se aproxima do patamar de 68%. Suassuna assinalou que, nessa



Ney Suassuna

faixa de idade, tudo se torna mais difícil, até o simples ato de sair de casa para ir a uma escola.

— Eu não gostaria nem um pouco de ter de concordar com o ex-ministro José Goldenberg, quando diz que a taxa de analfabetismo no Brasil cai cerca de 1%

ao ano simplesmente porque o contingente de analfabetos vai morrendo. Se temos de esperar os analfabetos mais idosos irem morrendo para fazer baixar a vergonhosa porcentagem do analfabetismo no Brasil, devemos perguntar: onde está, então, a ação do governo em favor da educação dessa gente mais idosa? — questionou.

Ele alertou ainda para o fato de que, numa época de desemprego estrutural no mundo e em contexto de baixo investimento no Brasil, há um desempregado em cada grupo de cinco brasileiros. Além disso, ressaltou, o analfabetismo atinge todas as faixas etárias e é grande a evasão escolar, pois as crianças precisam trabalhar para ajudar no sustento da família. "Precisamos, no Brasil, alçar a bandeira da educação como prioridade número um", concluiu Suassuna.

Fundação Teotonio Vilela edita livro sobre a seca no Nordeste

De 1825 a 1983, o "lento genocídio das secas" exterminou três milhões de nordestinos, o que equivale à metade das vítimas do nazismo durante a Segunda Guerra Mundial, afirma o historiador Marco Antonio Villa. Ele é o autor do livro *Vida e Morte no Sertão – História das Secas no Nordeste nos Séculos XIX e XX*, lançado ontem no Espaço Cultural Zumbi dos Palmares da Câmara dos Deputados. O livro é co-editado pela Fundação Teotonio Vilela, presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), e Editora Ática.

Para Villa, apesar dos graves problemas que acarreta, o drama das secas não tem recebido a atenção

que merece de historiadores e outros estudiosos. Ele fez um levantamento não só das perdas humanas, mas também das políticas equivocadas – ou da ausência de políticas – para a seca em dois séculos. Em foto na seção iconográfica do livro, que tem 270 páginas e custa R\$ 19,90, um grupo de pessoas é visto numa frente de emergência varrendo a Transamazônica.

– Quando falamos das mazelas da seca somos recebidos com olhares de tédio, num sinal de que o problema não é compreendido. A seca tornou-se um tema banal, menos para quem morre, adocece e empobrece sob seus efeitos – disse Alcântara.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – Senador Geraldo Cândido e o deputado federal Paulo Paim falam sobre o Dia Nacional da Consciência Negra
7h30 – *Entrevista Especial* – Juíza Ellen Northfleet, primeira mulher indicada para o Supremo Tribunal Federal
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Educação Ambiental – Erosão e desertificação
9h – *CPI do Futebol* (ao vivo)
10h – Sessão Plenária (ao vivo)
12h30 – *Entrevista Especial* – Juíza Ellen Northfleet, primeira mulher indicada para o Supremo Tribunal Federal
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Entrevista Especial* – Juíza Ellen Northfleet, primeira mulher indicada para o Supremo Tribunal Federal
Logo após – Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania (gravado)

21h – *Jornal do Senado*

21h30 – *CPI do Futebol* (gravado)

Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – *CPI do Futebol*
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirectTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica – Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência: 3.644,4 MHz
- Freqüência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

• Symbol Rate: 3,2143Ms/s

• FEC: 3/4

Antena Parabólica – Sistema Analógico:

• Satélite: B1

• Transponder: 11 A-2 (canal 8)

• Polarização: Horizontal

• Freqüência: 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

TV Senado entrevista primeira mulher indicada para o STF

Ellen Gracie Northfleet reconhece, em entrevista que vai ao ar hoje, a existência de várias formas de discriminação na sociedade brasileira

A juíza Ellen Gracie Northfleet, cuja indicação para o Supremo Tribunal Federal foi aprovada ontem pelo Senado, afirma que boa parte das críticas feitas na sociedade à morosidade do Judiciário são legítimas e que o problema pode ser superado em grande parte pela modernização da administração judiciária.

A declaração foi feita em entrevista exclusiva que a TV Senado exhibe hoje, às 7h30, 12h30 e 18h30. No programa, Ellen também reconhece a existência de várias formas de discriminação na sociedade brasileira, sejam sexuais ou de raça. No entanto, ela considera que sua indicação para o Supre-

mo pode ser uma sinalização às mulheres sobre a possibilidade de desempenho de funções notáveis no país.

Logo após a transmissão ao vivo da sessão plenária de amanhã, a TV Senado reapresentará a sabinata a que a juíza foi submetida, na terça-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ellen Northfleet acha que sua indicação pode ser uma sinalização às mulheres brasileiras



Geraldo Cândido homenageia Zumbi dos Palmares e o Almirante Negro

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) homenageou ontem a memória de Zumbi dos Palmares e o transcurso dos 90 anos da Revolta da Chibata, movimento liderado pelo marinheiro João Cândido, conhecido como o Almirante Negro. O senador destacou a instituição de um novo feriado na cidade do Rio de Janeiro, dedicado a Zumbi dos Palmares, no dia 20 de novembro, e o lançamento da pedra fundamental de um monumento ao marinheiro João Cândido, em cerimônia realizada na Praça 15.

Geraldo Cândido lembrou que o Quilombo dos Palmares não abri-

gou apenas escravos negros fugitivos, mas também brancos e índios oprimidos pela sociedade colonial, o que fez dele um símbolo de democracia e de efetiva interação entre as raças.

– Nossa sociedade ainda não conquistou tal respeito pelas diferenças entre raças e culturas. Negros e índios encontram-se hoje na posição de excluídos, isto para falar apenas de discriminação racial, pois mulheres e idosos também sofrem a exclusão – afirmou.

Com base em documento apresentado na Conferência Mundial de Combate ao Racismo, o sena-

dor denunciou o veto do presidente Fernando Henrique Cardoso à educação de jovens e adultos e o desestímulo à educação infantil, no âmbito da lei que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O veto, disse o senador, pode representar uma concepção educacional do governo, mas, também, constituir uma atualização da legislação brasileira que interditava aos negros o acesso à educação, como ocorreu no Brasil Colônia e no Brasil Império.

O senador recordou que a chamada Revolta da Chibata ocorreu devido ao hábito dos oficiais da Marinha de Guerra brasileira de aplicar castigos corporais aos marinheiros, prática abolida desde 1881 na Marinha inglesa. Para Geraldo Cândido, o sentido racista e desumano do uso da chibata para punir os marinheiros fica claro no depoimento de um oficial da Arma, publicado no livro *Política Versus Marinha*, de 1911, para quem “o maior problema da Armada estava na cor dos marinheiros”. Segundo estimativa do oficial, 50% dos marinheiros eram negros, 30% mulatos, 10% caboclos e 10% brancos “ou quase brancos”.



Cândido criticou o veto à educação de jovens e adultos e o desestímulo à educação infantil

Júlio alerta para ameaça ao governador do Acre

Segundo o senador, Jorge Viana estaria sendo vítima da mesma imprevidência de que Chico Mendes foi vítima 12 anos atrás. À época, disse, as denúncias mostrando que o líder seringueiro poderia ser morto também foram ignoradas

Nabor pede que Polícia Federal investigue denúncias

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu ontem que o Ministério da Justiça designe logo um delegado especial da Polícia Federal para investigar as ameaças de morte que teriam sido feitas contra o governador do Acre, Jorge Viana. Ele lembrou que as denúncias já vinham sendo feitas em Plenário, pelo senador



Nabor Júnior: denúncias foram baseadas em editorial da *Gazeta do Acre*

Tião Viana (PT-AC), há cerca de um ano, e que a polícia do Acre não iniciou qualquer investigação.

Nabor repudiou a atitude do governador e de Tião Viana que, segundo disse, teriam estranhado o fato de ele levar ao Plenário do Senado a suspeita de que as ameaças não são verídicas. "Como se esse fosse um tema menor, paroquial, e não merecesse a atenção de um senador eleito", afirmou.

O senador explicou ainda que as denúncias foram baseadas em editorial do jornal *Gazeta do Acre*, que também serviu de fundamentação

para o pedido de indicação de um delegado da PF. Nabor Júnior destacou entrevista ao mesmo jornal em que o superintendente da Polícia Federal no Acre, delegado Glorivam Bernardes de Oliveira, admite a existência de crise entre a instituição e o governo do estado. Segundo Nabor, o superintendente afirmou não ter nenhuma ordem para investigar as ameaças e nem dispor de dados que possibilitem dizer que há um atentado em andamento ou a elaboração de um plano para matar qualquer dirigente político.

Em aparte, o senador Júlio Eduardo (PT-AC) concordou com a necessidade de uma investigação sobre as ameaças e informou ter participado de audiência na sede da Polícia Federal, em que ficou acertado o envio, ainda ontem, de uma equipe de investigação a Rio Branco (AC).

O senador Júlio Eduardo (PV-AC) afirmou ontem em Plenário que o governador do Acre, Jorge Viana (PT), estaria sendo vítima da mesma desatenção e imprevidência que levaram ao assassinato, há 12 anos, do líder seringueiro Chico Mendes. Ele lembrou que o governador do Acre à época do crime, Flaviano Melo, que se elegeu prefeito de Rio Branco nas últimas eleições, não levou a sério as ameaças contra Chico Mendes, a exemplo do que faz hoje, disse, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), em relação às ameaças contra a vida de Viana.

Conforme Júlio Eduardo, "nem mesmo o célebre personagem central" do romance *Crônica de uma morte anunciada*, de Gabriel Garcia Marques, teve a morte prevista como o líder seringueiro e ecologista. O senador criticou seu cole-



Júlio Eduardo cobrou medidas contra as ameaças que o governador do Acre está recebendo

ga Nabor Júnior por desqualificar em discurso no Plenário as denúncias de que o governador também está sendo ameaçado.

— O apoio manifestado pelo presidente da República, em passagem recente pelo Acre, deve se traduzir em medidas concretas em defesa da pessoa do governa-

dor e de seus familiares. Manifestações como as do senador Nabor nos preocupam justamente porque podem eventualmente desmotivar um conjunto de iniciativas preventivas que são imprescindíveis neste momento — disse Júlio Eduardo.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) solidarizou-se com Jorge Viana e com a iniciativa de Júlio Eduardo. Ela afirmou imaginar o que estão passando o governador e sua família. A senadora cobrou das autoridades medidas contra as ameaças para garantir a sobrevivência dos princípios democráticos no Acre. Também apoiou o discurso de Júlio Eduardo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que mencionou a defesa do meio ambiente como um dos fatores que levaram ao crescimento do PT e do PV na Amazônia.

Calheiros quer revisão de acordo que transfere presos para Alagoas

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) fez apelo ao ministro da Justiça, José Gregori, para que seja revisito o acordo celebrado com o governador de Alagoas, Geraldo Lessa, que prevê a transferência de R\$ 2,6 milhões, para dar continuidade às obras da penitenciária Bal-



Renan Calheiros: o acordo pune Alagoas e não será aceito pela população

domero Cavalcante, em troca da transferência para Alagoas de criminosos de altíssima periculosidade que cumprem pena em outros estados.

Segundo Calheiros, o acordo pune Alagoas, que já é o estado mais fragilizado socialmente do Brasil. "Alagoas não é a Alcatraz brasileira. Nosso povo honrado e trabalhador não irá aceitar a conversão do estado num caldeirão do crime organizado", disse.

Calheiros relatou que cinco inte-

grantes do Comando Vermelho e dois seqüestradores de Wellington Camargo, irmão da dupla Zezé de Camargo e Luciano, já foram transferidos para Alagoas. E está prevista a ida de mais 100 detentos. Segundo disse, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério Público de Alagoas, além dos juízes das varas de execução penal, foram unânimes em repudiar o acordo e alertar sobre sua ilegalidade.

O senador considera que a iniciativa do governador deixou a sociedade apreensiva e pode transformar Alagoas "no estado do pânico", dominada pelo medo. "A imagem do estado, pela qual a bancada federal trabalha exaustivamente, ficará comprometida caso esse acordo não seja desfeito."

Senador cobra liberação de recursos para extrativismo

O bloqueio de verbas do Orçamento para programas de extrativismo está prejudicando um grande número de comunidades da região amazônica, afirmou ontem em Plenário o senador Júlio Eduardo. Ele referiu-se especificamente ao programa Amazônia Solidária, considerado pelo parlamentar uma "iniciativa importante do governo federal", ao qual foram destinados créditos suplementares no valor de R\$ 7,13 milhões.

O dinheiro deve ser usado na produção, beneficiamento e comercialização de borracha, castanha, coco babaçu, açaí, pupunha e outros produtos da região. Conforme Júlio Eduardo, depois do esforço para aprovação da lei prevendo o crédito suplementar, aproxima-se o fim do exercício de 2000 sem que os recursos tenham sido disponibilizados. Dessa forma, o Ministério do Meio Ambiente fica impossibilitado de realizar os convênios com as associações e cooperativas de produtores.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2000

1 Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 1999 (nº 151/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão do Sistema Jornal de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo. Parecer nº 275/2000-CE, relator: senador Bello Parga, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido.

2 Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2000 (nº 203/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura Venda Nova FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibatiba, estado do Espírito Santo. Parecer nº 975/2000-CE, relator: senador Gerson Camata, favorável.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2000 (nº 293/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Brasil Amazônia Comunicação e Empreendimentos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Redenção (PA). Parecer nº 786/2000-CE, relator: senador Luiz Otávio, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2000 (nº 423/2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Donatille Costa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte. Parecer nº 1.091/2000-CE, relator: senador Agnelo Alves, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido.

5 Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1999. Senador Mozarildo Cavalcanti. Convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós. Parecer nº 951/2000-CCJ, relator: senador Romeu Tuma, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com voto contrário do senador José Eduardo Dutra e abstenção do senador Lúcio Alcântara.

6 Requerimento nº 434, de 2000 Senador Roberto Requião Solicita, nos termos regimentais, o reexame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1999.

7 Requerimento nº 505, de 2000. Senador Eduardo Suplicy. Solicita a convocação do ministro de Estado das Relações Exteriores, senhor Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário desta Casa, esclarecimentos sobre as razões que levaram o governo brasileiro a articular a operação de asilo político no Panamá para o sr. Vladimiro Montesinos, principal assessor do presidente do Peru, sr. Alberto Fujimori. Parecer da CRE favorável, relator: senador José Sarney.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Iris Rezende defende o perdão das dívidas das nações mais pobres

Os países menos desenvolvidos também precisam de cooperação internacional para enfrentar a fome, a miséria e o abandono, disse ele, ao relatar participação na 55ª Assembléia Geral da ONU

Ao registrar sua participação na 55ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), no período de 6 a 19 de novembro, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) defendeu a cooperação mútua entre as nações, a adoção de programas voltados para a educação e a saúde, o acesso de todos à ciência e a criação de mecanismos eficientes para impulsionar o desenvolvimento local, principalmente em países prejudicados pela fome, miséria e abandono.

Iris Rezende pregou a redução ou o perdão das dívidas das nações mais pobres, ressaltando



Iris Rezende defendeu a "democratização das riquezas, da tecnologia e do conhecimento"

que a medida "poderia salvar muitas vidas e resgatar a dignidade dos que estão jogados à margem da sociedade". Ele afir-

mou que a ONU vem se esforçando para criar um ambiente de solidariedade entre os países, cobrando atitudes concretas por parte das nações mais ricas.

A situação atual, observou o senador, em que as superpotências exibem seu poderio econômico enquanto a maioria dos países "amarga o subdesenvolvimento", gera um cenário de injustiças que precisa ser modificado. "São necessárias medidas concretas no rumo da democratização das riquezas, do conhecimento e da tecnologia", afirmou.

Os debates a respeito do esforço para erradicar a pobreza, pro-

mover o pleno crescimento econômico e valorizar as ações sociais tiveram prioridade na assembléia-geral, disse Iris Rezende, acrescentando que a ONU definiu metas e estratégias para mobilizar a cooperação internacional nesse campo.

Também foram debatidos, completou o senador, temas como direitos humanos, direitos da mulher, financiamento ao desenvolvimento, meio ambiente, diálogo de civilizações, reformulação do Conselho de Segurança da ONU e a participação da União Parlamentar na discussão dos problemas mundiais.

Saturnino alerta para os riscos de crise cambial

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) alertou para a crise cambial que pode surgir em decorrência da política de privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo o senador, o governo está vendendo patrimônio para conseguir fechar o balanço de pagamentos, como aconteceu esse ano, com o produto da privatização do Banespa. "E quando essas estatais acabarem? Não vender, ou alugar a Amazônia?", perguntou.

Saturnino disse que essa é uma política "irresponsável", porque empresas de energia, telefonia e bancos privatizados vão gerar remessas crescentes de lucros ao exterior, representando mais um fator de desequilíbrio cambial.

— As atuais autoridades governamentais — observou — talvez pensem que a situação irá explodir no colo do Lula, e tudo ficará bem. Muito se enganam, elas responderão por crimes de responsabilidade diante dos tribunais.

Ele lembrou o caso da Argentina, que privatizou todos os ativos estatais e agora está em situação difícil, pensando até em dolarizar sua economia, o que, a seu ver, significa perder a soberania nacional.



Segundo Roberto Saturnino, as autoridades "responderão por crimes de responsabilidade"

— O governo Menem comprometeu o futuro da nação e o governo Fernando Henrique está prosseguindo na mesma política de dilapidar patrimônio brasileiro de maneira irresponsável — frisou o senador.

Para Saturnino, o desequilíbrio cambial é a consequência mais grave da política de privatizações, mas há outros aspectos importantes que somente uma CPI poderá descobrir. Ele questionou o resultado do leilão do Banespa, que rendeu três e meia vezes mais do que o preço mínimo fixado para a privatização. "Isso deixou a avaliação feita pelo governo muito mal", disse.

Ricardo Santos pede recursos para recuperar cultura de cacau

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) anunciou que está formalizando pedido ao Banco do Nordeste para que a recuperação de lavouras de cacau seja incluída em programas de crédito especial do banco, como o FNE-Verde. Ele defendeu a liberação de recursos também por outras instituições oficiais de crédito, como o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para assegurar o uso produtivo das terras destinadas à cultura de cacau.

Ao abordar o problema da cultura de cacau, Ricardo Santos explicou que estava sendo solidário aos produtores do Espírito Santo, sobretudo os dos municípios de Linhares, São Mateus e Colatina. Ele explicou que no seu estado os problemas dos cacauicultores se tornam mais graves devido à ausência de outras alternativas de produção nas áreas da Mata Atlântica nas quais estão implantadas as lavouras.

— O déficit hídrico acentuado da região e seus efeitos sobre a produtividade, além do baixo preço do produto, poderão acelerar o declínio da lavoura cacauzeira — afirmou Ricardo Santos.

Ele explicou que a falta de chuvas e a senilidade de algumas la-



Para Santos, instituições como o BNDES também deveriam atuar nessa área

vouras provocaram a redução de 3 mil hectares na área plantada no Espírito Santo, acabando com 1.500 dos 5 mil postos de trabalho que o setor oferecia.

Outra consequência da decadência da cultura de cacau no Espírito Santo, segundo Ricardo Santos, é o desmatamento das matas ciliares no entorno do Rio Doce, onde estão implantadas as lavouras de cacau, para a implantação de outras atividades produtivas. "Decorre desse fato o risco ambiental relativo à destruição de mais de 5.200 hectares da Mata Atlântica e o conseqüente assoreamento do Baixo Rio Doce, a partir de Colatina, rumo ao Pontal de Ipiranga, em Linhares", disse o senador.

Eduardo quer explicações do Serasa sobre denúncia

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) anunciou que apresentará, em nome do seu partido, requerimento às comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC) pedindo a convocação do presidente do Serasa, Elcio Anibal de Lucca, para se pronunciar a respeito de denúncia feita por um advogado do Paraná de que a empresa estaria vendendo informações protegidas constitucionalmente por sigilo.

Em uma série de reportagens exibidas pela TV Bandeirantes, o advogado, que preferiu não se identificar, disse que os comerciantes associados ao Serasa têm acesso a um banco de dados onde podem alterar cadastros de



Eduardo: violação aos direitos dos consumidores

pessoas físicas. Eduardo Siqueira Campos informou que, a título de demonstração, o advogado teria introduzido informações falsas no cadastro do deputado federal Aloizio Mercadante (PT-SP), com o consentimento do parlamentar paulista.

— O advogado inscreveu Mercadante como se ele fosse autor de cheque sem fundos. O deputado chegou a ser intimado pela Receita Federal, demonstrando a fragilidade e a forma como vêm sendo violentados os direitos dos consumidores. Até informações do presidente Fernando Henrique estão disponíveis — afirmou Eduardo.

Na avaliação dele, o depoimento do presidente do Serasa deve fornecer subsídios para que sejam encontrados meios de coibir a quebra do sigilo de informações protegidas pela Constituição. Ele também defendeu a punição do Serasa, empresa criada para centralizar informações cadastrais de bancos. E revelou que tem recebido vários depoimentos de brasileiros que se dizem inscritos na empresa por débitos que não contraíram.

— Várias pessoas também continuam com os nomes na lista mesmo depois de liquidar seus débitos — disse, acrescentando que as reportagens da Bandeirantes comprovam o desrespeito a dados protegidos legalmente pelo sigilo.